

27 AGO 1981

JORNAL DE BRASÍLIA

Assembleia

## Arinos garante que a Constituinte é a saída

O jurista Afonso Arinos de Mello Franco propôs ontem, em conferência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a outorga de poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional; a ser eleito em 15 de novembro de 1982. Conforme sua proposta, essa constituinte será originária do próprio Poder Legislativo, através de um projeto de resolução legislativa a ser votado separadamente pelas duas casas do Congresso.

Afonso Arinos disse que conferir poderes constituintes ao futuro Congresso será a única "saída histórica pacífica para a grande crise brasileira, que é, antes e acima de tudo, uma crise de direito", e será, também, "uma solução jurídica, quanto à sua essência, mas política quanto à sua forma".

— Jurídica porque, por ela, o futuro Congresso objetivará, em texto, a idéia de direito que a nação desejar. Política porque não abala o estado de direito existente, completou Afonso Arinos. Ele fez esta conferência ontem a convite do presidente do Congresso Nacional, senador Jarbas Passarinho (PDS/PA).

Afonso Arinos — que na fase de debates disse que não tinha filiação político-partidária, e que, se o fizesse, iria para o PDS — fez uma ampla explanação sobre o estado de direito constitucional em vigência para fundamentar a sua tese de uma Constituinte através do Congresso Nacional a ser eleito no próximo ano.

Ele afirmou não ter dúvidas quanto à realização das eleições do próximo ano — daí a sua proposta — e previu a possibilidade de os partidos de oposição conseguirem "uma nova maioria". A Constituinte, após essas eleições, conferida ao novo Congresso, segundo ele, encerraria o período mais dilatado, na história do país, "de vacância de um direito político".

Sobre a realização das eleições gerais de 1982 que ensejariam a outorga de poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional, Afonso Arinos considerou que "não existem motivos razoáveis de dúvida" quanto à sua realização, que viria com o restabelecimento da ordem constitucional, e assinalou que "só uma fração extremamente reduzida da sociedade brasileira se opôs à prioridade da ordem constitucional".

Em vários pontos da sua conferência, Afonso Arinos lembrou o crédito de toda a nação ao processo de abertura política comandada pelo presidente João Figueiredo, e disse que o país espera no processo de redemocratização, "o processo de reconstitucionalização".

Nem mesmo a crise econômica, segundo ele, será suficiente para deter a marcha do processo de abertura rumo a "reconstitucionalização", porque, no seu entender o argumento de que a crise econômica prejudica o orçamento constitucional é um "elemento da mitologia ditatorial".